

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2018

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PMDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – Pros)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – PEN – Pode – PTC – PSDC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PSDC – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	Vice-Presidente
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PSDC – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG
Deputado André Quintão	PT – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
	BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM	
Deputado Léo Portela	PR – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	Presidente
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	

Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BVC
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC
Deputado Missionário Marcio Santiago	PR – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	

Deputado Gil Pereira	PP – BVC
----------------------	----------

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – PORTARIA**
- 2 – ATAS**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 4.1 – Comissão
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



PORTARIA

PORTARIA PRES/PSEC Nº 20/2018

Outorga poderes a servidores da Assembleia Legislativa para a prática de atos administrativos decorrentes da aquisição ou da alienação de veículos automotores terrestres pertencentes à frota da Assembleia Legislativa.

O presidente e o 1º-secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, especialmente das previstas no art. 81 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, e no art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.389, de 12 de março de 2007,

RESOLVEM:

Art. 1º – Ficam outorgados os poderes para firmar documentos relacionados a quitação, transferência, alienação e administração de veículos automotores terrestres pertencentes à frota da Assembleia Legislativa aos seguintes servidores, individualmente e sem ordem de preferência:

I – Cristiano Felix dos Santos Silva, matr. 4134/3;

II – Anderson Moratori Nunes Coelho, matr. 5691/0;

III – Maria Luiza Meinberg Schmidt de Andrade, matr. 10996/7.

Parágrafo único – A outorga a que se refere o *caput* inclui poderes para assinar o Certificado de Registro de Veículo – CRV –, a Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo – ATPV – e para apresentar as demais documentações que se fizerem necessárias na representação da Assembleia Legislativa perante o Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran/MG.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, 14 de maio de 2018.

Deputado Adalclever Lopes, presidente – Deputado Rogério Correia, 1º-secretário.



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/5/2018

Presidência dos Deputados Cássio Soares e Leandro Genaro

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Entrega de Título – Palavras do Presidente – Exibição de Vídeo – Palavras do Deputado Leandro Genaro – Palavras do Pastor Antônio Genaro de Oliveira – Palavras do Pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila – Palavras do Conselheiro José Alves Viana – Palavras do Pastor Henrique Braga – Palavras do Presidente – Apresentação Musical – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados:

Cássio Soares – Leandro Genaro.

Abertura

O presidente (deputado Cássio Soares) – Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião à entrega ao pastor Antônio Genaro de Oliveira do título de Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado Leandro Genaro, pelo governador do Estado, por meio do Decreto Especial nº 408, publicado no *Diário do Executivo* do dia 6/9/2017.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Revmos. Srs. pastor Antônio Genaro de Oliveira; pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila, representando o presidente nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular; e pastor Mário de Oliveira; e os Exmos. Srs. pastor Henrique Braga, presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; José Alves Viana, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ex-deputado e ex-presidente desta Casa Legislativa; e deputado Leandro Genaro, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presença

O locutor – Gostaríamos de registrar a presença, nesta solenidade, dos Exmos. Srs. vereadores Itamar dos Santos, da Câmara Municipal de Contagem; Ricardo Lana, da Câmara Municipal de Betim; Autair Gomes, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e André Mariano, da Câmara Municipal de Juiz de Fora.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Entrega de Título

O locutor – Neste momento, o deputado Cássio Soares, representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, e o deputado Leandro Genaro, autor do requerimento de concessão, farão a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Pastor Antônio Genaro de Oliveira. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Leandro Genaro, nos termos do decreto de 6/9/2017, concede ao Sr. Antônio Genaro de Oliveira o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à sua relevante contribuição na política e na divulgação da fé quadrangular”.

– Procede-se à entrega do título.

Palavras do Presidente

Senhoras e senhores, ao dar as boas-vindas a cada um de vocês que nos brindam com a presença aqui, na Casa Legislativa de Minas Gerais, na Casa do povo mineiro, ao saudá-los, quero cumprimentar de forma muito entusiasmada e carinhosa o nobre amigo deputado Antônio Genaro pela honraria ora recebida, e também meu colega, dileto amigo, exemplar parlamentar, deputado Leandro Genaro, pela conduta e pelo trabalho realizado como deputado da população mineira. Saúdo também o Doutor Viana, que foi nosso presidente e é nobre conselheiro do Tribunal de Contas, homem honrado e de conduta exemplar ao longo de sua trajetória. Também o pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila, representando aqui o presidente nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, pastor Mário de Oliveira.

Meu caro deputado Antônio Genaro, disse-lhe, tão logo entregamos a honraria, que o título demorou a ser concedido. É um título mais que merecido, considerando-se toda a sua trajetória, toda a colaboração e contribuição que o senhor, pastor Antônio

Genaro, devotou a Belo Horizonte e a Minas Gerais de modo muito especial. Desde já, os nossos cumprimentos e o reconhecimento da Casa do povo mineiro pelos relevantes trabalhos prestados.

Agora, por questão de justiça, peço licença para passar a presidência, a condução dos trabalhos, ao nobre colega deputado Leandro Genaro, para que possa dar prosseguimento à solenidade. Muito obrigado. Boa noite.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre a trajetória do Pastor Antônio Genaro de Oliveira, homenageado desta noite.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Leandro Genaro

Boa noite a todos. Quero, primeiramente, cumprimentar o nosso homenageado, nosso querido pastor Antônio Genaro, presidente da nossa igreja, da Igreja do Evangelho Quadrangular no Estado de Minas Gerais. Também cumprimento o Exmo. Sr. conselheiro José Alves Viana, mais conhecido como Doutor Viana, que foi colega e companheiro do deputado Antônio Genaro nesta Casa. Também cumprimento o pastor Luiz D'Ávila, mais conhecido como pastor D'Ávila, que nesta noite está representando o conselho nacional da nossa igreja, o pastor Mário de Oliveira.

Depois citarei também alguns colegas que estou vendo aqui. Antes, porém, quero externar a minha alegria de poder fazer isso, de poder ser o requerente desta reunião, desta homenagem, deste título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais concedido, nesta noite, ao pastor Antônio Genaro.

Creio que a grande maioria aqui sabe que o pastor Antônio está aqui em Minas Gerais desde 1973. Portanto, já se vão 45 anos. São 45 anos, durante os quais ele e o pastor Mário de Oliveira aqui estão, depois de passarem por regiões como Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco, onde o pastor Antônio Genaro fundou a nossa igreja. Naquela ocasião, a igreja mais próxima ficava na Bahia. Ele foi para Pernambuco para fundar a nossa igreja. De lá, veio para cá. Recebeu um telefonema do pastor Mário, que havia acabado de chegar aqui. Veio para cá ajudar na abertura da Igreja Quadrangular na região metropolitana. Posteriormente, houve expansão da igreja para o Estado todo. Hoje temos mais de mil igrejas na Grande Belo Horizonte. São mais de 2.500 igrejas no Estado de Minas Gerais.

Tudo isso ocorreu graças a Deus. Na verdade, Deus é o primeiro e o último. É quem começa e termina tudo. Nesta noite quero destacar a importância dos nossos líderes: pastor Mário de Oliveira e pastor Antônio Genaro. Graças a essa visão diferente, peculiar, graças a esse entusiasmo, entusiasmo vindo de Deus, graças a esse coração cheio de fê que ambos têm, é que a nossa igreja hoje é o que vemos no Estado de Minas Gerais e – por que não dizer? – no Brasil.

O pastor Antônio Genaro também – vocês sabem – ingressou na política em 1982, juntamente ao pastor Mário de Oliveira. Na ocasião, ele foi o vereador mais votado daquela eleição. Até hoje, aquela foi a maior votação da história de um vereador em Belo Horizonte, com mais de 23 mil votos.

Quatro anos depois, ele veio para esta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, onde ficou durante 28 anos, sete mandatos, e muito nos orgulhou pela sua atuação exemplar. Vai fazer quatro anos que estou aqui – parece que tomei posse na semana passada –, e até hoje o pessoal, quando me vê, fala primeiramente do pastor Antônio Genaro: “Como é que está o seu pai? Leve um abraço para ele. Ele está sumido”. O carinho das pessoas por ele é tamanho que, não só os deputados, mas todos, desde o presidente da Casa até o servidor, param-nos no corredor e comentam sobre alguma experiência que tiveram com ele.

Creio que, depois de 45 anos, como disse o deputado Cássio Soares, esta homenagem é mais do que merecida a alguém que dedicou a maior parte da sua vida, do seu ministério, ao Estado de Minas Gerais. Não sei se vocês sabem disso, mas o título de

cidadania honorária é conferido a alguém que não é nascido no Estado, mas cujo trabalho contribui, de forma revelante, com o Estado de Minas Gerais.

Encerro, dizendo que hoje é mais que merecida esta homenagem. A partir de agora, então, oficialmente, o pastor Antônio Genaro é cidadão honorário do Estado de Minas Gerais. Agora, sim, ele é mineiro, e reconhecidamente um cidadão do nosso Estado. Muito obrigado.

Palavras do Pastor Antônio Genaro de Oliveira

Cumprimento o presidente, deputado Leandro Genaro; o meu amigo e companheiro de muitos anos, o conselheiro José Alves Viana, corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; o pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila, que representa o presidente do Conselho Nacional da Igreja Quadrangular, meu irmão Mário de Oliveira.

Quem ficou aqui 28 anos acaba sempre captando o que se deve e o que não se deve falar. Isso não significa que a gente não erra. Errar é humano, e até quando eu errava aqui sentia que estava fazendo alguma coisa boa. Quando foi decidido que eu ia representar a Igreja do Evangelho Quadrangular como vereador e, depois, como deputado, eu estava pensando não em ser um político daquele que faz politicinha. A liderança da igreja tomou essa decisão porque trabalhávamos muito, como ainda trabalhamos, e algumas organizações que existem dentro do nosso país e do nosso estado estavam procurando um modo de perseguir o nosso trabalho e a nossa igreja.

Por isso, decidimos ter um representante aqui, e essa é uma decisão que permanecerá só Deus sabe até quando. Durante os 28 anos em que estive aqui como deputado, conquistei o coração de muita gente e também o respeito das autoridades, que sempre nos ajudaram em momentos difíceis.

Podem ter certeza, o mundo evangélico foi bem servido e ainda está sendo bem servido. Lembro-me do deputado João Leite, que é evangélico: quando era necessário, ele me chamava para irmos até o governador, o secretário de Estado ou a alguma autoridade para representar os evangélicos. Fizemos isso com muita honra, porque os evangélicos trazem uma mensagem de paz e de reconciliação, uma mensagem que tira as pessoas das drogas e do vício. Uma coisa com que nós, que estamos aqui, devemos nos regozijar é o fato de termos tirado tanta gente, tantos jovens das drogas, de uma vida que destruíra famílias e que trazia muito prejuízo para o Brasil e para o Estado de Minas. As autoridades que compuseram este estado sabem o quanto trabalhamos para fazer com que muitas pessoas deixassem o banditismo e as drogas e entrassem para o Evangelho. É o Evangelho que muda o homem, é o Evangelho que muda uma família, é o Evangelho que muda uma nação. Tanto é que as nações onde grande parte das pessoas são evangélicas, onde há igrejas evangélicas, são tranquilas, de paz e têm ótimos projetos e trabalhos para realizar. Podemos até citar aqui, por exemplo, a Noruega, onde, acredito, mais de 80% da população tem a fé evangélica. Falo que são 80%, mas ouvi dizer que esse índice é maior – fico com os 80% para não exagerar. A Noruega tem realizado um trabalho, digamos, excepcional, dando um grande exemplo a todas as outras nações.

O meu colega Viana está aí. Eu tinha um modo de chamá-lo, um modo de falar como amigo. Às vezes, fico pensando se não estou transgredindo alguma regra. O conselheiro José Alves Viana, corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, não pode imaginar o quanto estou me sentindo honrado com sua presença aqui. Agradeço a Deus, ao tribunal e também ao deputado Leandro Genaro a iniciativa de me conceder esse título. Agora estão querendo que eu seja mineiro; aliás, pelo título, dizem que já sou mineiro.

Nasci na roça, nasci no meio do mato, nasci num lugarzinho... Andei pelo Brasil inteiro e não achei ninguém que tivesse nascido no mesmo lugar. Um dia eu estava com minha esposa e com alguns membros da minha família em Lisboa, Portugal.

Fomos almoçar em um restaurante que produz um pastel muito famoso no mundo, e veio um garçom nos atender. Quando o garçom se aproximou, eu vi que ele era brasileiro e lhe perguntei: “Escuta, mas você é de que lugar do Brasil?”. Ele falou exatamente

o lugar onde eu nasci. Ele é de Guaimbê. Eu sou de Guaimbê. Vocês podem falar o que quiser, mas Guaimbê também dá gente que presta. Muito obrigado, e que Deus abençoe a todos vocês.

Palavras do Pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila

Como eu creio que a grande maioria dos que estão aqui são reconhecidamente da Igreja do Evangelho Quadrangular, eu os saúdo: a paz esteja convosco. Quero prestar a saudação ao Exmo. Conselheiro José Alves Viana, corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e agradecer também ao nosso Exmo. Deputado Leandro Genaro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Quero também dizer que o pastor deputado estadual Leandro Genaro está me honrando, ao me chamar para representar o pastor Mário de Oliveira, presidente nacional da nossa Igreja. Portanto, é uma honra estar aqui falando pelo pastor Mário de Oliveira. Também quero, na minha saudação, fazer menção do deputado Adalclever Lopes, que fez parte, com certeza, com o pastor deputado Leandro Genaro, desse requerimento. A minha palavra é dirigida ao homenageado e a todos vocês, porque eu acredito que a minha palavra não é a minha, mas a de todos nós, da Igreja do Evangelho Quadrangular. Para falar pelo pastor Mário de Oliveira, eu devo imaginar o que ele falaria. Com certeza, ele falaria da alegria de saber que a família Oliveira e a família Genaro são para nós todos como se fossem os nossos pais. Agora digo eu, pastor Mário e pastor Antônio, eu acredito, são para todos nós como nossos pais. Não existe algo sequer que gostaríamos de acrescentar em tudo aquilo que eles merecem com a homenagem, e digo isso principalmente para o pastor Antônio Genaro, nosso presidente no Estado. Eu acredito, sim, que não existe uma pessoa aqui que não diria essas palavras. Pastor Antônio e o pastor Mário são, reconhecidamente, pela nossa igreja, como os nossos pais, aqueles que têm toda autoridade para puxar orelha e colocar de castigo. Contudo, eles também estão sempre prontos para ouvir e ajudar. Existe no pastor Antônio um algo a mais, um algo além, que sempre o motiva. Por mais que estejamos acostumados com ele por perto, é sempre bom ouvir e ouvir, porque sempre escutaremos uma palavra de orientação ou de sabedoria. Ele está sendo homenageado pelo pastor Leandro e por esta Casa, nesta noite. Para nós é sempre bom um dia a mais para homenagearmos o pastor Antônio. Vejo essa homenagem constantemente na vida dos pastores e não apenas no Estado de Minas Gerais, mas por onde eu já fui e vou, de vez em quando, conhecendo grande parte do Brasil. Todos têm uma admiração pelo pastor Antônio. E isso não é nada forçado, isso é o jeito simples de o pastor Antônio cuidar de nós. Falando pelo pastor Mário de Oliveira ou, pelo menos, representando o pastor Mário de Oliveira, eu diria que o Brasil hoje, com a Igreja do Evangelho Quadrangular, digo, a família quadrangular, tem pelo pastor Mário de Oliveira – sou eu, pois estou falando por ele; estou falando por mim, mas me lembrando dele – muito respeito. O pastor Mário de Oliveira é talvez merecedor até daquele famoso título de “homem do século”. O pastor Mário de Oliveira está sendo representado aqui pela minha fala. Eu diria que, se o pastor Mário de Oliveira – e talvez os mais antigos saibam da história – estivesse aqui, ele diria: no momento em que Deus colocou em mim a inspiração para ser presidente da Igreja do Evangelho Quadrangular, no Brasil, o meu irmão, o hoje homenageado pastor Antônio Genaro, era o primeiro vice-presidente do Conselho Nacional de Diretores. O pastor Mário se candidatou e ganhou a eleição, e todos nós sabemos que não pode haver familiares na mesma diretoria. Então, a renúncia do pastor Antônio Genaro a pertencer ao Conselho Nacional de Diretores possibilitou ter hoje o pastor presidente Mário de Oliveira, que é admirado por todos nós. Que a minha palavra de homenagem seja também a de agradecimento ao pastor deputado Leandro Genaro, que nos deu essa oportunidade. Que Deus nos abençoe, e que a vida do pastor Antônio Genaro seja muito longa e abençoada. Amém.

Palavras do Conselheiro José Alves Viana

Boa noite a todos e a todas. Prometo que não vou cansá-los. Falarei muito pouco para ser aplaudido. Mas não poderia deixar de falar uma palavrinha a essa figura extraordinária que é o pastor, ex-deputado e meu eterno amigo Antônio Genaro, com quem convivi, nesta Casa, durante 15 anos.

Por isso, quero parabenizar o Leandro, que agora, ungido da autoridade de deputado estadual, concedida pelo voto do povo mineiro, mas principalmente pela bondade e autoridade maior do nosso próprio Deus, teve essa iluminada ideia de homenagear Antônio Genaro com o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais.

Para mim, ele já era mineiro; logo, foi uma surpresa, quando soube desta comemoração, desta homenagem. Quero parabenizá-los. Na caminhada até aqui, falei com ele que era um predestinado, nomeado pelo próprio Deus para ser o pastor de ovelhas e transmitir o Evangelho, missão muito maior que a de ser deputado ou exercer qualquer outra função na Terra. Levar a palavra do próprio Deus a todos de forma dedicada, exemplar e abençoada, como tem feito ao longo de sua vida, é sua missão, conforme já narrado pelos que me antecederam e pela própria história da sua vida, que foi um pouco contada aqui.

Meu amigo Antônio Genaro, aqui ficávamos a três portas de distância de um gabinete a outro. Por várias vezes, à tardinha, no final do expediente, deslocava-me até o seu gabinete para bater um papo agradável, amigo, conciliador. É um homem que transmite paz, que transmite o bem, um verdadeiro pastor. O pastor é aquele que conhece suas ovelhas e a quem as ovelhas conhecem. Ele também é assim. Já tem o jeito de mineiridade há muito tempo.

Hoje, o governo de Minas e a Assembleia de Minas, representando o povo mineiro, transmitem-lhe, definitivamente, o título de cidadão honorário do nosso Estado, fazendo justiça a quem já era mineiro de fato e agora é mineiro de direito. Parabéns, pois, Antônio Genaro!

Aqui, não está apenas o ex-deputado, o homem de vida pública por 35 anos. Já fui presidente de associação de bairro, vereador, prefeito e exerci quatro mandatos ao seu lado. Há seis anos estou no Tribunal de Contas, e quero dizer que, para além de todos esses cargos, quem está aqui é seu amigo Doutor Viana, que o admira e o respeita e pede a Deus que lhe conceda muitos anos de vida, para que continue distribuindo todo esse rico conhecimento de vida terrena e, principalmente, da vida evangélica de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nos orientou a pregar o amor a todos os irmãos, o que você tem feito ao longo de sua vida.

Está chegando o final de semana. Aproveito o momento para homenagear as mães e sua família. A sua família por participar ativamente de sua vida e deste momento especial que, tenho certeza, traz alegria e grande emoção para todos nós. Imaginem para seus familiares! As mães, porque é o amor materno o que mais se assemelha ao amor de Jesus Cristo. O dia delas está chegando. Deixo a elas o meu abraço carinhoso. Que Deus abençoe a todas as mães presentes e as demais do nosso Estado.

Parabéns Antônio Genaro! Minas Gerais se engrandece ainda mais com seu novo cidadão honorário, seu novo filho, o pastor Antônio Genaro. Muito obrigado.

O presidente (deputado Leandro Genaro) – Com a palavra, para seu pronunciamento, o nobre colega Pastor Henrique Braga.

Palavras do Pastor Henrique Braga

Ilmos. Srs. deputado Leandro Genaro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; pastor Antônio Genaro, homenageado desta noite; conselheiro José Alves Viana, a quem posso chamar de meu amigo, corregedor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; pastor Luiz Alberto da Rocha D'Ávila, representando o presidente nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular, pastor Mário de Oliveira; senhoras e senhores, boa noite. A paz esteja convosco!

Com muita alegria, recebi o convite para estar aqui, nesta noite, participando desta homenagem, que acho muito justa, quando, meu pai na fé, pastor Antônio Genaro, recebe desta Casa Legislativa o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Para mim, isso é muito gratificante. Começamos a batalha com o senhor, na igreja do Bairro Jardim Industrial, bem no início do ministério, e, depois que percorri os Estados do Maranhão, Piauí e Pará, tive a oportunidade de voltar a trabalhar ao seu lado na Cidade Industrial. Pude ver o sacrifício que o senhor enfrentou no ministério para que ali houvesse uma igreja abençoada, como o é hoje.

Acredito que 90% das pessoas aqui presentes não sabem o trabalho que o senhor enfrentou ao implantar a igreja na Cidade Industrial. Deus o honrou quando, em 1982, o senhor teve o privilégio de bater um recorde, sendo o vereador mais votado de Belo

Horizonte. Recorde este que, até hoje, não foi quebrado. Por onde o senhor passou como pastor, como missionário, como vereador, como deputado, cujos mandatos exerceu nesta Casa, deixou apenas bons exemplos.

Acredito até que tenho sido muito abençoado por sempre guardar aquilo que o senhor me ensinou. Muitas vezes até sem falar, até no silêncio o senhor me ensinou muito. Hoje, ao observarmos a história, o passado, e a realidade atual, o presente, só podemos exaltar e enaltecer a Deus.

E, ainda, provar aquilo que aprendi quando estava chegando à igreja, quando cantávamos os corinhos que falavam: “Sem Deus, nada somos neste mundo. Sem Deus, nada podemos fazer”. Tenho a honra de ter aprendido muito e tenho tentado colocar em prática no dia a dia o que aprendi. Não me esqueço do senhor nas minhas orações. Algumas vezes, aprendi com um puxão de orelha, porque o bom pai educa o seu filho.

É muito bom ver esta Casa cheia. Alguém pode até falar: “Mas o Henrique desejou: ‘A paz esteja convosco!’”. Quando uso a tribuna na câmara municipal, se é dia, eu dou bom dia; se é tarde, dou boa tarde; se é noite, dou boa noite. E cumprimento todos com paz. Por quê? Porque aprendi com Jesus que, ao entrar em algum lugar, numa aldeia, num lugarejo, numa casa, devemos dizer: a paz esteja neste lugar. Se ali houver um filho da paz, essa paz repousará sobre ele; se não houver, ela repousará sobre nós.

Um dia levei comigo alguém que não conhecia o Poder Legislativo de Belo Horizonte. Da portaria até o meu gabinete, que fica no 3º piso, apertei a mão do faxineiro aos doutores que encontrei pelos corredores, e cumprimentei todos desejando-lhes paz. Quando chegamos ao meu gabinete, ele falou assim: “É muito bom trabalhar numa Casa como esta; é todo mundo evangélico. Você desejou paz para todo mundo, e todo mundo respondeu sorrindo”. Eu falei: não, nessa turma que cumprimentei, não há nenhum evangélico, mas cumprimento todos com a paz, porque essa paz que damos não vem do homem, vem de Deus.

Pastor Antônio, outro dia eu comentava com algumas pessoas e relembrava os trabalhos que realizamos de libertação, de milagre e de cura. E falei para um grupo de jovens, lembrando e contando fatos sobre nós dois: se nós – eu, pastor Antônio, pastor Mário e pastor D’Ávila, que também é da nossa época –, tivéssemos o que vocês têm e vocês tivessem o que nós temos, ninguém nos segurava nesta terra. Mas podemos contribuir com a nossa experiência e com o nosso testemunho para que todos possam dizer, ao olharem para nós: “Ali não está uma pessoa falsa, ali está alguém que é exemplo para os fiéis. Não no altar da igreja, mas onde ele coloca a planta dos pés”. Parabéns, Leandro, pela indicação. Parabéns à Assembleia Legislativa. Parabéns, pastor Antônio Genaro. Que Deus lhe dê muitos anos de vida, longos anos de vida para que possa curtir e dizer assim: “Agora sou um cidadão mineiro também”. Deus abençoe a todos!

O locutor – Com a palavra, o deputado Leandro Genaro, representando o deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia de Minas.

Palavras do Presidente

Pronunciamento do deputado Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na reunião especial destinada à entrega do título de Cidadania Honorária ao Sr. Antônio Genaro de Oliveira. Palavras do presidente. (– Lê:) “É motivo de grande júbilo para toda Minas Gerais a concessão da cidadania honorária de nosso Estado ao ex-deputado estadual e pastor Antônio Genaro, parlamentar com o maior número de mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, onde iniciou sua trajetória como deputado constituinte em 1987. Foram sete legislaturas, totalizando 28 anos. Presidindo o Conselho Estadual de Diretores da Igreja do Evangelho Quadrangular, nosso homenageado vem-se destacando em sua trajetória pela firme liderança com que conduz sua vida missionária. É preciso registrar que a Igreja do Evangelho Quadrangular é uma instituição reconhecida por levar a palavra de Deus às cidades mineiras desde 1956.

Antônio Genaro pertence à segunda geração de pastores dessa denominação, abrindo caminhos e plantando igrejas a partir de 1969. Nascido em Guaimbê, interior de São Paulo, desde cedo dedicou-se ao evangelismo, levando a palavra sagrada ao Rio Grande do Sul, ao Paraná, a São Paulo e a Pernambuco, até fixar-se em solo mineiro. Em 1973, iniciou um movimento de

evangelização na grande Belo Horizonte, mais exatamente no Município de Contagem, onde permanece até hoje como pastor na igreja do Bairro Jardim Industrial.

Receba, pois, caro amigo, ao lado de sua esposa e de seus filhos, o pleno reconhecimento do povo de Minas Gerais ao dinamismo do cidadão político e pastor, já merecedor de uma consolidada projeção nacional, à qual se somam o afeto e o carinho de nossa gente. Muito obrigado.”

Apresentação Musical

O locutor – Ouviremos agora o Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar de Minas Gerais, que apresentará as seguintes músicas: *Numb*, de Chester Bennington, e *Carinhoso*, de Pixinguinha. Desde já, o deputado Leandro Genaro, que preside esta reunião, aproveita o momento para agradecer aos componentes do Quarteto de Cordas da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar pela participação nesta solenidade.

– Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Presidente

Quero, já caminhando para o encerramento desta reunião especial, primeiro, aproveitar o gancho da música que acabamos de ouvir para deixar um abraço carinhoso, afetuoso, a todas as mães que estão aqui hoje e que, no próximo domingo, receberão as nossas homenagens. Vocês merecem muito mais do que conseguimos expressar por meio de um presente, de um abraço, de um carinho, de uma oração; essas são apenas uma forma de demonstrar um sentimento que é muito maior que uma atitude.

E quero agradecer a todos vocês. Já citei aqui os nossos colegas da Mesa, mas quero agradecer a vocês, pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular. A nossa igreja é uma família; é uma igreja de amigos, somos companheiros; é uma igreja em que um pode contar com o outro o tempo todo – sei que posso contar com vocês, e vocês sabem que podem contar comigo. Assim acontece em qualquer ambiente em que estivermos.

Ao ver vocês aqui, sinto-me muito em casa. Como disse na homenagem que foi feita em nossa igreja, sinto que, nesta noite, esta Casa se torna a Casa da Igreja do Evangelho Quadrangular. Que Deus abençoe vocês, pastores, amigos e irmãos que aqui vieram hoje. Estou vendo ali o Carlos Viana, nosso amigo, e lhe agradeço a presença. Os vereadores já foram citados aqui. Estou vendo vários superintendentes presentes, e lhes agradeço também, assim como aos músicos da Polícia Militar, cuja apresentação foi maravilhosa. Muito obrigado pela presença de vocês.

Encerramento

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de terça-feira, dia 15, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 15/5/2018.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 3/4/2018

Às 18h15min, comparece no Município de Vespasiano a deputada Marília Campos, membro da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Fabiano Tolentino e Antônio Jorge. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater os diversos tipos de violência sofridos pelas mulheres. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ilce Alves Rocha Perdigão, prefeita de Vespasiano; Vanessa Duguet Arruda, secretária de Desenvolvimento Social de Vespasiano e

presidente do Conselho Municipal da Mulher de Vespasiano; Luciene Maria Fonseca, vereadora de Vespasiano; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, superintendente do Consórcio Regional de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais de Belo Horizonte; Luzia Ferreira, ex-deputada federal; Cássia Cristina Costa de Oliveira, psicóloga e cientista das religiões, e o Sr. William dos Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG. O presidente, na condição de um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, passa tecer suas considerações iniciais, e logo em seguida concede a palavra ao deputado Antônio Jorge, coautor do requerimento, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2018.

Marília Campos, presidente – Duarte Bechir – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/4/2018

Às 14h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fábio Cherem, Anselmo José Domingos e Bonifácio Mourão (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fábio Cherem, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Adriana Branco Cerqueira, secretária municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social de Belo Horizonte (1º/3/2018 (3), 29/3/2018 e 5/4/2018 (4)); e dos Srs. Bruno Ferreira Costa, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (9/3/2018); e Elivelto Carvalho, prefeito municipal de Turvolândia (15/3/2018). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.615/2017 (relator: deputado Anselmo José Domingos); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.685/2017 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.731/2017 (relator: deputado Fábio Cherem). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.794/2017, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Anselmo José Domingos. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 10.439, 10.449, 10.532, 10.533, 10.540 a 10.543, 10.563, 10.615, 10.634, 10.650, 10.651, 10.689, 10.691 e 10.695/2018. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 11.351, 11.352, 11.356, 11.363 a 11.366, 11.376, 11.377, 11.453 a 11.456, 11.505 e 11.547 a 11.549/2018. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 11.566/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de providências para promover melhorias no serviço de limpeza do Terminal Rodoviário de Belo Horizonte, bem como para sanar o problema de infiltrações, que é recorrente nos períodos de chuva;

nº 11.578/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja realizada audiência pública para debater a reversão ao patrimônio da União da malha viária outrora sob o domínio do governo federal, cuja fiscalização se inseria nas competências da 9ª Delegacia de Polícia Rodoviária Federal, no trecho da BR-267 entre a entrada 354 B Caxambu e a entrada BR-381 Palmela;

nº 11.610/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja garantida a retomada das obras de pavimentação da MG-320 – Estrada Parque Dom Helvécio;

nº 11.611/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para a implantação de seis lombadas na BR-458, na altura do Km 117, no Município de Ipaba;

nº 11.612/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências que seja garantida a retomada das obras de pavimentação da MG-320 – Estrada Parque Dom Helvécio;

nº 11.613/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências que seja garantida a retomada das obras de pavimentação da MG-320 – Estrada Parque Dom Helvécio;

nº 11.614/2018, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que sejam feitas obras de reparo no trecho da BR-108 que liga o Município de Pocrane à BR-474;

nº 11.691/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Montes Claros, para debater a concessão de trecho da BR-135 para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística;

nº 11.693/2018, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a concessão de trecho da BR-135 para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística;

nº 11.780/2018, do deputado Fábio Cherem, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para a reativação da linha de transporte rodoviário intermunicipal que atendia as comunidades rurais dos Municípios de Braúnas e Virginópolis, com o fim de garantir o direito de locomoção da população, que atualmente se encontra em situação de isolamento;

nº 11.782/2018, do deputado Gustavo Santana, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para o recapeamento asfáltico do trecho da MG-123 entre a entrada do Município de Rio Piracicaba e o Município de Alvinópolis, passando pelo trevo do Distrito de Major Ezequiel;

nº 11.783/2018, do deputado Gustavo Valadares, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Rádio River FM pelo seu 20º aniversário.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2018.

Fábio Cherem, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 16/5/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as

tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa Constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater com a Associação Capelinhense de Apoio aos Portadores de Câncer – Acpac – a possibilidade de construção de hospital do câncer no Município de Capelinha.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater denúncias sobre supostos casos de assédio moral, abuso de autoridade, perseguição e outras violações de direitos humanos ocorridas na Secretaria de Estado de Fazenda

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.111/2015, do deputado Elismar Prado, e 2.954/2015, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.560/2016, do deputado Leandro Genaro.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 316/2015, dos deputados Paulo Lamac e Doutor Wilson Batista; 1.086/2015, do deputado Ivair Nogueira; 1.223/2015, do deputado Gustavo Valadares; 2.603/2015, do deputado Wander Borges; 2.680/2015, do deputado Leonídio Bouças; 2.833/2015, do deputado Doutor Jean Freire; 3.678/2016, do deputado Agostinho Patrus Filho; 3.913/2016, do deputado Fred Costa; 3.920/2016, do deputado Rogério Correia; 4.039/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.658/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.696/2017, do deputado Tony Carlos; 4.813/2017, da deputada Marília Campos; 4.876 e 4.877/2017, do governador do Estado; 4.904/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.910/2018, do deputado Adalclever Lopes; 4.924/2018, do deputado Tiago Ulisses; 4.937/2018, do deputado Antônio Jorge; 4.947/2018, do deputado Thiago Cota; 4.978/2018, do deputado Ivair Nogueira; 4.979/2018, do deputado Emidinho Madeira; 4.982/2018, do deputado Adalclever Lopes; 5.020/2018, do deputado Fábio Cherem; 5.027/2018, do deputado Inácio Franco; 5.035/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.065/2018, do deputado Iran Barbosa; e 5.089/2018, do deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.907/2015, do deputado Carlos Pimenta; 4.068/2017, do deputado Tito Torres; 4.110 e 4.111/2017, do deputado Cabo Júlio; 4.145/2017, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.381/2017, do deputado Gil Pereira; 4.407/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.611/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.641/2017, do deputado Durval Ângelo; 4.674/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.701/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.712/2017, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.715/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.787/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 4.796/2017, da deputada Marília Campos e do deputado Rogério Correia; 4.860/2017, do deputado André Quintão; 4.885 e 4.886/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.888/2017, do deputado Lafayette de Andrada; 4.889 e 4.891/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.898/2018, da deputada Ione Pinheiro; 4.914/2018, da deputada Geisa Teixeira; 4.917/2018, do deputado Rogério Correia; 4.923/2018, do deputado Arnaldo Silva; 4.930/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 4.932/2018, do deputado Cristiano Silveira; 4.942/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes; 4.957/2018, do deputado Inácio Franco; 4.959/2018, do deputado João Vítor Xavier; 4.962/2018, do deputado Fábio Cherem; 4.965/2018, da deputada Rosângela Reis; 4.970 e 4.971/2018, do deputado Paulo Guedes; 4.974/2018, do deputado Cássio Soares; 5.034/2018, do deputado Ulysses Gomes; 5.041 e 5.042/2018, do deputado Paulo Guedes; 5.058/2018, da deputada Ione Pinheiro; 5.067/2018, do deputado Fred Costa; 5.071/2018, do deputado Cristiano Silveira; 5.080 e 5.082/2018, do deputado Fred Costa; 5.086/2018, do deputado Fabiano Tolentino; e 5.111 e 5.112/2018, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.545 a 10.548, 10.550 e 10.555 a 10.557/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.637/2016, do deputado Dilzon Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.696/2015, do deputado Isauro Calais.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.850 e 10.868/2018, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.313/2017, do deputado Geraldo Pimenta.

Requerimentos nºs 10.834 e 10.847/2018, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as normas que tornam obrigatória a apresentação do atestado de vacina e recolhimento de taxas referentes a exames de brucelose e tuberculose em animais para a sua apresentação em leilões.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 717/2015, da deputada Rosângela Reis.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.333/2015, do deputado Arlen Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/5/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Fred Costa, Elismar Prado e Iran Barbosa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/5/2018, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 10.407/2018, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 10.678, 10.679 e 10.746/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 10.758 a 10.766/2018, do deputado Bosco; 10.803 a 10.806 e 10.808/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 10.819/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 10.826/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e nº 10.830/2018, do deputado Celinho do Sinttrocel, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2018.

Paulo Guedes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****OFÍCIO Nº 17/2018****(Correspondente ao Ofício nº 16/2018/SESPRE)**

Belo Horizonte, 10 de maio de 2018.

Assunto: Encaminha Projeto de Lei. Institui auxílios saúde e transporte aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência projeto de lei destinado a instituir os auxílios saúde e transporte aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Com meus agradecimentos, renovo, na oportunidade, protestos de estima e consideração.

Desembargador GERALDO AUGUSTO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 5.181/2018

Institui auxílios saúde e transporte aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Art. 1º Ficam instituídos os auxílios saúde e transporte aos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, verbas de caráter indenizatório, pagas, mensalmente, em pecúnia, para subsidiarem, respectivamente, as despesas com plano ou seguro de assistência à saúde privados, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário, e as decorrentes de locomoção do servidor ao seu local de trabalho.

Art. 2º O auxílio-saúde será devido ao servidor:

I – ativo, titular de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal das Justiças de Primeiro e Segundo Graus do Estado de Minas Gerais;

II – inativo e pensionista do Quadro de Pessoal das Justiças de Primeiro e Segundo Graus do Estado de Minas Gerais;

III – ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão do Quadro de Pessoal das Justiças de Primeiro e Segundo Grau do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Os valores do auxílio-saúde serão os seguintes:

I – servidores com idade até 40 (quarenta) anos: R\$ 200,00 (duzentos reais);

II – servidores com idade entre 41 (quarenta e um) e 50 (cinquenta) anos: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);

III – servidores acima de 51 (cinquenta e um) anos de idade: R\$ 300,00 (trezentos reais).

Art. 3º O auxílio-transporte será devido ao servidor:

I - ativo, titular de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal das Justiças de Primeiro e Segundo Grau do Estado de Minas Gerais;

II - ocupante exclusivamente de cargo de provimento em comissão do Quadro de Pessoal das Justiças de Primeiro e Segundo Grau do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. O valor do auxílio-transporte será de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 4º Os valores do auxílio-saúde e do auxílio-transporte poderão ser revistos por ato do Tribunal de Justiça, desde que haja recursos orçamentários disponíveis.

Art. 5º A implementação dos auxílios instituídos por esta Lei ficará condicionada à existência de recursos orçamentários e financeiros sob a gestão do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de janeiro de 2017.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.614/2017

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do deputado Isauro Calais, a proposição em análise dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras – em todos os eventos públicos oficiais do Estado.

A proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Vem agora o projeto a esta comissão para que seja emitido parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XX, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em exame visa exigir que o Estado assegure a presença de intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras – em todos os seus eventos públicos oficiais, com a finalidade de ampliar a inclusão social da pessoa com deficiência auditiva.

A Libras, assim como outros recursos de expressão a ela associados, são reconhecidos no País como meio legal de comunicação e expressão pela Lei Federal nº 10.436, de 2002. A norma determina que o poder público em geral e as empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas no Brasil.

O Decreto Federal nº 5.626, de 2004, que regulamenta a citada lei, considera como pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras. O decreto estipula parâmetros para a formação de professores, instrutores e tradutores intérpretes de Libras e define medidas para garantir os direitos à educação e à saúde das pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

O regulamento também determina que o poder público, os órgãos da administração pública estadual, municipal e do Distrito Federal e as empresas privadas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos implementem medidas que assegurem ao público em questão o tratamento diferenciado por meio do uso e difusão da Libras e da sua tradução e interpretação, realizados por servidores capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias da informação.

Ainda estabelece que o Distrito Federal, os estados e os municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e controle de suas disposições relativas ao uso da língua de sinais.

No âmbito de Minas Gerais, a Lei nº 10.379, de 1991, reconhece oficialmente a Libras como meio de comunicação objetiva e de uso corrente e prevê mecanismos para que o Estado assegure seu emprego e difusão, tais como a disponibilização de profissionais intérpretes nas repartições públicas voltadas ao atendimento externo. Outro mecanismo previsto é a exigência do uso e difusão da Libras pelos Poderes do Estado, Ministério Público e Tribunal de Contas nas produções audiovisuais por eles realizadas.

Apesar dessas garantias, as pessoas com deficiência auditiva ainda enfrentam muitas barreiras na comunicação, que impedem o seu acesso à informação e a sua participação social em igualdade com os demais cidadãos. Embora nem todos os indivíduos com perda auditiva utilizem a Libras, para muitos ela é a principal forma de comunicação e compreensão do mundo.

Dessa forma, a previsão da presença de tradutores e intérpretes em determinadas situações, ainda não alcançadas de forma expressa pela lei, é necessária para favorecer a equiparação de oportunidades às pessoas surdas e promover a sua inclusão social. Portanto, avaliamos a medida em exame como oportuna e meritória.

Ao analisar a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela sua constitucionalidade, juridicidade e legalidade, mas avaliou mais adequado inserir o comando na Lei nº 10.379, de 1991, já mencionada. Para isso, apresentou o Substitutivo nº 1 à proposição em exame.

Concordamos com a alteração proposta pela comissão que nos precedeu, mas entendemos oportuno apresentar o Substitutivo nº 2 para adequar a redação do projeto à técnica legislativa.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.614/2017, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Acrescenta o art. 2º-B à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, que reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – Libras.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado à Lei nº 10.379, de 10 de janeiro de 1991, o seguinte art. 2º-B:

“Art. 2º-B – Nos eventos públicos oficiais realizados pelo Estado, será assegurada a presença de profissional intérprete da Libras, nos termos de regulamento.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2018.

Duarte Bechir, presidente e relator – Nozinho – Doutor Wilson Batista.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 14/5/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 15/5/2018, que nomeou Caroline Loures Silva Louzi, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

exonerando Grazielle Gonçalves da Silva, padrão VL-11, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando Jéssica Ugolini da Silva, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro;

nomeando Elizabeth Ugolini, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Maria Pinheiro;

nomeando Grazielle Gonçalves da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Comissão de Participação Popular;

nomeando Hercules Augusto da Silva, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 25/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 56/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 5/6/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 31/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 62/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/6/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de proteção individual e coletiva para trabalho na área elétrica.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado,

das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 31/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Casablanca Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de publicidade. Vigência: da assinatura até 20/6/2018. Licitação: art. 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666, de 1993 (remanescente do Contrato nº 42/2016 – Concorrência nº 1/2015). Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 32/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Webjur Processamento de Dados Ltda. Objeto: prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da contratante de publicações em diários oficiais. Vigência: 12 meses contados a partir de 10/5/2018. Licitação: dispensada em razão do valor (Processo nº 1011014 – 71/2018). Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 59/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig. Objeto: prestação de serviços de conexão de dados. Objeto do aditamento: substituição da contratada. Vigência: até 7/7/2018, ou até que se conclua uma nova contratação, o que ocorrer primeiro.